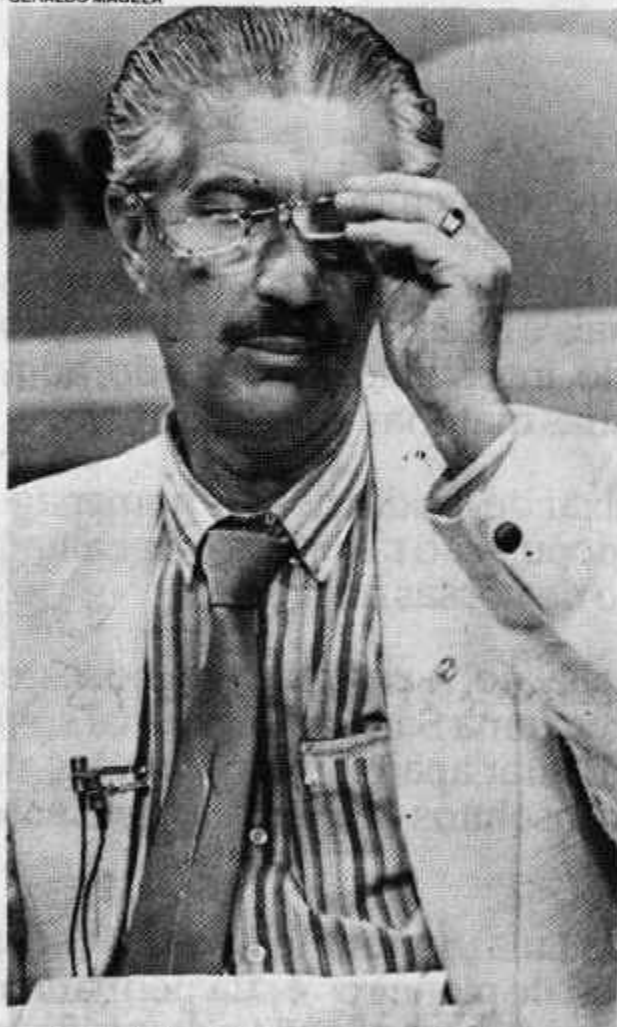


Mandato maior passa pelo *Centrão*

Planalto manda atender pedidos de centristas que podem apoiar 5 anos

A. C. SCARTEZINI
Especial para o CORREIO

GERALDO MAGELA



Nyder Barbosa: agora, com os protestantes

Deputado rompe com Igreja para evitar patrulha

O mandato de cinco anos para o presidente Sarney deverá ser negociado pelo Planalto na Constituinte de modo a engordar a composição do Centrão e a fortalecer a sua estrutura, a partir de uma constatação recente entre conselheiros presidenciais de que há uma ideologia capaz de manter a unidade dos centristas: a defesa da chamada livre iniciativa.

Na negociação Sarney conta com a adesão dos ministros que são políticos e desfrutam da sua confiança, como o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que recebeu a missão de negociar com o seu colega da Fazenda, Majlson da Nóbrega, mudanças na delegação da Sunab em Fortaleza, embora elas encontrem resistência na cúpula do órgão.

As mudanças na Sunab foram solicitadas pelo deputado Ubiratam Aguiar (PMDB-CE), que demonstrou ao Planalto a disposição de colaborar ao votar com o Centrão. Votou e pediu as mudanças, mas não foi imediatamente atendido. Num alerta à Presidência da República, Aguiar ensaiou declarações de que o seu compromisso com os centristas não vai além da mudança do regimento da Constituinte.

O alerta foi notado pelo Planalto, que passou a agir para assegurar o voto de Ubiratam Aguiar também na definição do mandato presidencial e da manutenção do presidencialismo como sistema de governo, duas questões nas quais os conselheiros e assessores presidenciais embarcam agora com animação junto a centristas.

IDEOLOGIA

A idéia na presidência é explorar a defesa da livre iniciativa de modo a vincular sua ideologia com as questões centrais que lhe interessam na nova Constituição: o mandato de cinco anos permitiria a Sarney dispor de mais tempo para implantar os princípios dessa ideologia incluídos na Constituição; e o presidencialismo daria a esses princípios uma estabilidade que poderia ser menor no parlamentarismo.

Os princípios da livre iniciativa se irradiariam para as duas questões centrais no interesse do Planalto a partir de pontos da legislação social que unem os centristas com naturalidade, como o sistema de estabilidade no emprego e a garantia da participação das empresas privadas estrangeiras na distribuição dos derivados do petróleo.

Nesse caminho, a presidência anima-se ainda mais com o resultado das negociações, na semana passada, entre o Centrão e sindicalistas como Luís Antônio de Medeiros, presidente dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo. Negociações bem encaminhadas sem exigir a participação do governo em sua articulação, mesmo em questão delicada como a estabilidade.

Inspirando nesse exemplo, conta o Planalto com outros entendimentos no interior da Constituinte que se produzam sem a participação ostensiva dos homens do governo — mesmo porque circulam periodicamente declarações nas quais o presidente Sarney insiste na tese de que não pretende intervir no texto da nova Constituição.

Mas o presidente não se constringe em tratar da questão constitucional na sua intimidade, como aconteceu na noite da última quinta-feira no Alvorada. "Discutimos o mandato", confirmou o ministro da Habitação, Prisco Viana, o tema da conversação no Alvorada, durante a qual Sarney reuniu mais oito ministros de sua confiança.

O deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES) escreveu carta ao arcebispo de Vitória, dom Silvestre Scandian, denunciando a campanha que ele e outros constituintes vêm sofrendo através de telegramas de várias entidades ligadas à Igreja e por outros meios, procurando apresentá-lo como um inimigo da classe trabalhadora por ter aderido ao Centrão.

Nyder Barbosa comunica, ainda, que por não encontrar ambiente propício para exercer sua fé católica na Igreja, tem buscado, com os seus familiares, o abrigo e a proteção das igrejas protestantes. O Centrão quer dotar o País de uma política agrícola que estimule o homem do campo a plantar mais" — diz o deputado na carta ao arcebispo.

Nyder Barbosa diz na carta ao arcebispo que recebe com profunda consternação "as ostensivas ameaças formuladas pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, pelas Comissões de Defesa dos Direitos Humanos, Pelas Pastorais Operárias de alguns bairros e do Município da Serra e, segundo estou sabendo, por religiosos dos púlpitos das Igrejas".

— Através de insolentes telegramas as entidades acima, ligadas à nossa Igreja, ameaçam os constituintes capixabas que optaram por participar do Centrão. Embora não deva a essas entidades nenhum tipo de obrigação, eis que nunca fiz campanha eleitoral usando o nome da Igreja, entendi ser do meu dever dirigir-me a V. Excia. Reverendíssima por razões de fundo moral e religioso, uma vez que sou filho de uma das mais tradicionais famílias católicas do nosso Estado. — afirma o deputado.

Em seguida, sustenta que a insensatez e a radicalização dominaram "de tal forma as mentes das pobres criaturas que se acham à frente das citadas entidades, que as tem impedido de ler tudo o que vem sendo publicado até aqui pela imprensa nacional sobre o grupo em questão".

— É certo que algumas publicações tacham o Centrão de direitista, de retrógrado e o acusam de pretender anular as chamadas conquistas sociais aprovadas pela Comissão de Sistematização. Outras publicações, entretanto, o aplaudem como o grupo que restabeleceu o equilíbrio democrático na Constituinte.

— Na realidade — diz Nyder Barbosa em sua carta — o Centrão é representado por um grupo de constituintes, homens e mulheres, das mais diversas tendências ideológicas, gente de centro-esquerda, de centro e de direita. São mais de 300 constituintes e formam a maioria absoluta do Congresso constituinte.

Disse, ainda, que o Centrão "foi inspirado no inconformismo da maioria ante a ditadura da minoria na Comissão de Sistematização, a qual praticou insólitos absurdos, a ponto de substituir, modificar ou suprimir textos inteiros aprovados após exaustivos debates nas subcomissões e nas Comissões Temáticas sem justificativa plausível".

Nyder Barbosa sustenta que o relator Bernardo Cabral "é meia dúzia de assessores não-eleitos tomavam decisões em nome dos representantes do povo brasileiro". "Minoria ultra-radical de esquerda, insensível, burra, onde 47 constituintes (os de primeira classe) ditavam regras sobre os restantes 512 (os de segunda classe)".

— A tal ponto — acentuou — a radicalização desse grupo restrito de privilegiado constituintes se fez sentir que um de seus líderes máximos o ilustre deputado gaúcho Nelson Jobim, à saída de uma infrutífera tentativa de negociação de mudanças no Regimento Interno, saiu irritado, dizendo: "Assim não dá, em questões técnicas a irracionalidade da esquerda é maior do que a da direita".

Diz, finalmente, que se tenta por cento do Projeto Cabral pode ser aproveitados, "mas ali tem muita coisa errada que prejudicará fatalmente os trabalhadores brasileiros".